



**PAUTA
PARA A 96ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 01 DE JULHO DE 2016**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 544, de 2016, de autoria do deputado André do Prado. Autoriza o Poder Executivo a descentralizar as ações do Departamento Regional de Saúde I da Grande São Paulo - DRS I.

2 - Projeto de lei nº 545, de 2016, de autoria dos deputados Roberto Moraes e Itamar Borges. Altera a Lei nº 13.550, de 2009, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado de São Paulo.

3 - Projeto de lei nº 546, de 2016, de autoria do deputado Chico Sardelli. Autoriza o Poder Executivo a incluir como matéria extracurricular, a disciplina de iniciação ao Direito Constitucional e Ambiental, nas Escolas Técnicas do Estado de São Paulo - ETECs.

4 - Projeto de lei nº 547, de 2016, de autoria do deputado Celso Giglio. Veda o funcionamento de curso de nível médio técnico e curso técnico específico, voltado a formação de técnicos de enfermagem na modalidade à distância (EAD), no âmbito do Estado de São Paulo.

5 - Projeto de lei nº 548, de 2016, de autoria do deputado Marcos Damasio. Dispõe sobre a presença obrigatória de profissionais de Educação Física capacitados em treinamento de Emergências Cardiovasculares Básico (TECA B) e de Desfibrilador Externo automático (DEA) em locais públicos com equipamentos de ginástica.

6 - Projeto de lei nº 549, de 2016, de autoria do deputado Marcos Damasio. Declara de utilidade pública o "Grupo Ramatis", em Mogi das Cruzes.

7 - Projeto de lei nº 550, de 2016, de autoria do deputado Chico Sardelli. Autoriza o Poder Executivo a incluir em programa de saúde à criança, a realização de exames para detecção de ambliopia em crianças entre o 1º e 7º ano de vida.

8 - Moção nº 48, de 2016, de autoria do deputado Celso Giglio. Manifesta apoio ao Projeto de Lei 2891, de 2015, e apela para o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados a fim de que o citado projeto tenha sua tramitação e aprovação com a maior urgência possível, visando estabelecer normas para impedir o ensino de enfermagem à distância, em todo território brasileiro.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 542, de 2016, de autoria do deputado Carlos Neder. Declara de utilidade pública a "Associação Maestro Custódio Possidônio Martins", em Apiaí.

2 - Projeto de lei nº 543, de 2016, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dispõe sobre a proibição de divulgação e postagem, bem como, propaganda por profissionais de saúde com sensacionalismo e autopromoção em redes sociais.

3 - Moção nº 47, de 2016, de autoria do deputado Angelo Perugini. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para a apreciação e aprovação, com a maior brevidade possível, do Projeto de Lei nº 119, de 2015, que dispõe sobre o uso do "Botão do Pânico" no cumprimento das medidas protetivas de urgência.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 537, de 2016, de autoria da deputada Célia Leão. Dispõe sobre o custeio, por parte dos condenados que cumprem pena, em regime fechado ou semiaberto, das despesas inerentes a sua manutenção em estabelecimentos penais.

2 - Projeto de lei nº 538, de 2016, de autoria da deputada Célia Leão. Torna obrigatória, em todos os estabelecimentos de saúde do Estado, a realização prévia de testes alérgicos antes da execução de qualquer procedimento médico.

3 - Projeto de lei nº 539, de 2016, de autoria da deputada Célia Leão. Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação e funcionamento de banheiros públicos, de utilização gratuita, nas estações da Companhia do Metropolitano de São

Paulo - METRÔ e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM.

4 - Projeto de lei nº 540, de 2016, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Miguel Alves Feitoza" ao Dispositivo em Desnível, localizado no km 506 da Rodovia Assis Chateaubriand SP - 425 entre Presidente Prudente e a divisa do Estado do Paraná.

5 - Projeto de lei nº 541, de 2016, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "João Pereira dos Santos" ao Dispositivo em Nível, localizado no km 488 da Rodovia Assis Chateaubriand SP - 425 entre Presidente Prudente e a divisa do Estado do Paraná.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 535, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurante do programa Bom Prato em São Bernardo do Campo.

2 - Projeto de lei nº 536, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Estabelece percentual mínimo de trabalhadores idosos nos quadros funcionais de empresas privadas do Estado.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 530, de 2016, de autoria da deputada Rita Passos. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mairinque", naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 531, de 2016, de autoria do deputado Celso Giglio. Dá a denominação de "Luiz Bortolosso" ao Terminal Metropolitano do km 21 - Osasco, da EMTU, naquele Município.

3 - Projeto de lei nº 532, de 2016, de autoria do deputado Raul Marcelo. Dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de qualquer empresa que faça uso direto de trabalho infantil.

4 - Projeto de lei nº 533, de 2016, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Antonio Moço" ao Dispositivo em Desnível, localizado no km 463,4 da Rodovia Assis Chateaubriand SP-425 entre Presidente Prudente e a divisa do Estado do Paraná.

5 - Projeto de lei nº 534, de 2016, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Manoel Aureliano", ao Dispositivo em Desnível localizado no km 501 da Rodovia Assis Chateaubriand SP-425 entre Presidente Prudente e a divisa do Estado do Paraná.

6 - Projeto de decreto legislativo nº 10, de 2016, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos da Resolução SEE nº 29, de 02/05/2016, que dispõe sobre o módulo e a movimentação do Quadro de Apoio Escolar - QAE e do Quadro da Secretaria da Educação - QSE.

7 - Moção nº 45, de 2016, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para o Sr. Presidente da República, a fim de que determine ao Ministro da Fazenda, caso seja inevitável uma fonte extra de arrecadação para ajustar as contas públicas, a elaboração de estudos e a adoção de providências, a fim de criar uma nova alíquota para a CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) sobre a gasolina, ao invés de retomar a CPMF.

8 - Moção nº 46, de 2016, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para o Sr. Presidente da República, a fim de que determine ao Ministério de Minas e Energia a elaboração de estudos e a adoção de providências a fim de que seja reduzido o preço do óleo diesel aos produtores rurais, como estratégia de controle da inflação e estímulo ao crescimento econômico.

Em pauta por 2 (duas) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 151 do Regimento Interno (Redação).

2ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 31, de 2015, de autoria do deputado Marcos Martins. Institui o "Prêmio Inezita Barroso". Parecer nº 986, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação.

2 - Projeto de lei nº 1190, de 2014, de autoria do deputado Beto Tricoli. Dá a denominação de "Armando Augusto Tricoli" ao viaduto localizado no km 75 da Rodovia Dom Pedro I - SP 065, em Atibaia. Parecer nº 987, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação.

3 - Projeto de lei nº 230, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Prof. Carlos Umberto Carrara" à nova Escola Estadual de Lucélia. Parecer nº 988, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação.

4 - Projeto de lei nº 608, de 2015, de autoria do deputado Ramalho da Construção. Institui o "Dia Estadual das Vítimas de Trânsito". Parecer nº 989, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação.

5 - Projeto de lei nº 1173, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Dá a denominação de "Benedito Giolo" ao Conjunto Habitacional do Jardim Bom Retiro, em Serra Azul. Parecer nº 990, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação.

6 - Projeto de lei nº 1391, de 2015, de autoria do deputado Welton Gasparini. Dá a denominação de "Joaquim de Souza Gomes" à Rotatória localizada no km 1+0,85 da Rodovia SPA 279/340, em Mococa. Parecer nº 991, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação.

7 - Projeto de lei nº 1491, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia do Optometrista" no Estado. Parecer nº 992, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação.

8 - Projeto de lei nº 1588, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dá a denominação de "João Rural - Pesquisador da Cultura Caipira" à passarela localizada no km 29 da Rodovia dos Tamoios, em Paraibuna. Parecer nº 993, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação.

9 - Projeto de lei nº 23, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia da Igreja Pentecostal Deus é Amor". Parecer nº 994, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação

10 - Moção nº 25, de 2016, de autoria do deputado Roberto Moraes. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério da Educação a adoção de providências no sentido de ser avaliado o "Programa de Mestrado Profissional em Publicidade e Propaganda", por meio de seus especialistas, tendo em vista que este importante programa objetiva valorizar a docência nas universidades de todo o país. Parecer nº 996, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

Proposta de emenda nº 3, de 2016, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Campos Machado e outros. Confere nova redação ao inciso XII do artigo 115 da Constituição do Estado de São Paulo.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1112, de 2015, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Brasileira Israelita Yeshiva Tamchei Tmimim", na Capital.

2 - Projeto de lei nº 1315, de 2015, de autoria dos deputados Davi Zaia e Barros Munhoz. Declara de utilidade pública o Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista- CONDERG, com sede em Divinolândia.

3 - Projeto de lei nº 1439, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia do Carteiro".

4 - Projeto de lei nº 1634, de 2015, de autoria do deputado Davi Zaia. Declara de utilidade pública o "Projeto Caridade - Associação de Amparo Social", em São Bernardo do Campo.

5 - Projeto de lei nº 236, de 2016, de autoria da deputada Célia Leão. Declara de utilidade pública o "Movimento Assistencial Espírita Maria Rosa", em Campinas.

6 - Projeto de lei nº 309, de 2016, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Declara de utilidade pública o "Centro de Esporte e Cultura da Capoeira Meninos Guerreiros Brasil/Suíça - CECLCAMEGBS", em Cubatão.

7 - Projeto de lei nº 360, de 2016, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Declara de utilidade pública a "Associação Teshuvá", em Novo Horizonte.

8 - Projeto de lei nº 409, de 2016, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Declara de utilidade pública a "Associação Nosso Desafio Pirassununga - ANDE Pirassununga", naquele Município.

9 - Moção nº 65, de 2015, de autoria do deputado Raul Marcelo. Manifesta repúdio em relação ao veto presidencial ao Projeto de Lei Complementar nº 28/2015, que visava reajustar os salários de servidores do Poder Judiciário Federal.

10 - Moção nº 70, de 2015, de autoria do deputado Carlos Cezar. Repudia a maneira equivocada e insensível com que a Administração Federal vem conduzindo a greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), prejudicando essa classe de trabalhadores e por extensão os segurados daquele instituto.

11 - Moção nº 126, de 2015, de autoria do deputado Caio França. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para a apreciação e rejeição, com a maior brevidade possível, da Medida Provisória 696, e demais projetos correlatos, na parte que dispõem sobre a extinção da Secretaria Nacional da Juventude.

3ª Sessão

Moção nº 34, de 2016, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Apela para o Sr. Presidente do Congresso Nacional e para os Srs. Senadores e Deputados Federais a fim de que rejeitem o Projeto de lei nº 1.013/2011, que permite a fabricação de veículos leves movidos a diesel.